



BN
[Handwritten signature]



Sociedade: ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.

Ano económico: 2013

Relatório e Demonstrações Financeiras



SN
[Handwritten signature]

Índice

1. Identificação da sociedade
2. Relatório de Gestão e Anexo
3. Balanço
4. Demonstração dos Resultados por Naturezas
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa
6. Demonstração de Alterações no Capital Próprio
7. Anexo
8. Certificação Legal de Contas
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único



IDENTIFICAÇÃO

ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

Morada Alto da Serra de Bornes

Localidade Alfândega da Fé

Código Postal 5350 - 909

Telefone 279 200 260

Fax 279 200 261

Conc/Dist/País Alfândega da Fé/Bragança/Portugal

N.º Contribuinte 502 649 631

CONSTITUIÇÃO E ALTERAÇÕES

Constituição 1991-10-29

Adoptou a forma jurídica de Empresa Municipal

D.R. n.º 147 de 2 de Agosto de 2005

Alteração total do contrato de sociedade

CAPITAL

Capital social 819 940,00 €

Ações 163 988 com o valor nominal de 5,00 €

SEDE

Sede e Escritório Alto da Serra de Bornes
5350-909 ALFÂNDEGA DA FÉ

ACTIVIDADE ECONÓMICA

C.A.E. 55202 Turismo no Espaço Rural
55111 Hotéis com Restaurante
93294 Outras Actividades de Diversão e Recreativas, N.E.



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBELIA GERAL

Presidente Victor Manuel Alvaleide Garcia Martins, Eng.

Secretário António José Afonso, Dr.

Secretário Manuel Cunha Silva, Eng.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.^a

Administrador Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.

Administrador Miguel Francisco Simões Franco, Dr.

CONSELHO FISCAL/FISCAL ÚNICO

Fiscal Único Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC)



ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM

HOTEL & SPA ALFÂNDEGA DA FÉ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2013

De acordo com as obrigações impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, submete-se à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão com reporte ao ano económico encerrado em 31 de Dezembro de 2013, e uma proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício.

1 - CONDIÇÕES DO MERCADO

O ano de 2013 foi marcado pela retracção da procura na maioria dos sectores de actividade económica, com o desemprego a atingir níveis históricos e diminuição do poder de compra da classe média, o que limitou seriamente os sectores do turismo e da hotelaria, a empresa e a sua presença no mercado.

2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

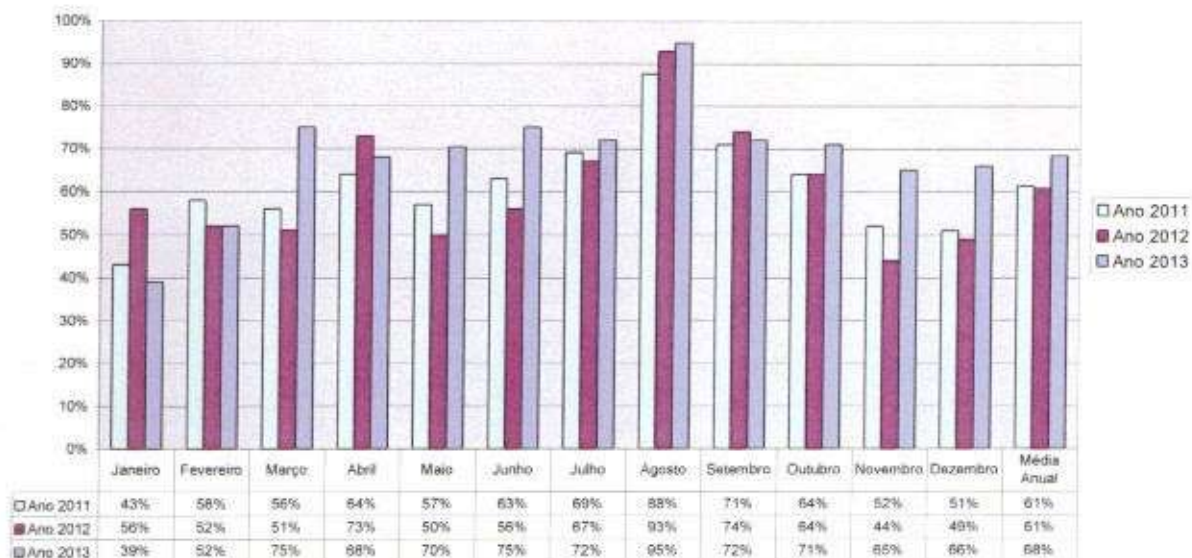
A taxa de ocupação do hotel subiu em 2013 relativamente a 2012, apesar de toda a conjuntura económico-financeira do mercado, graças a uma política comercial mais agressiva.



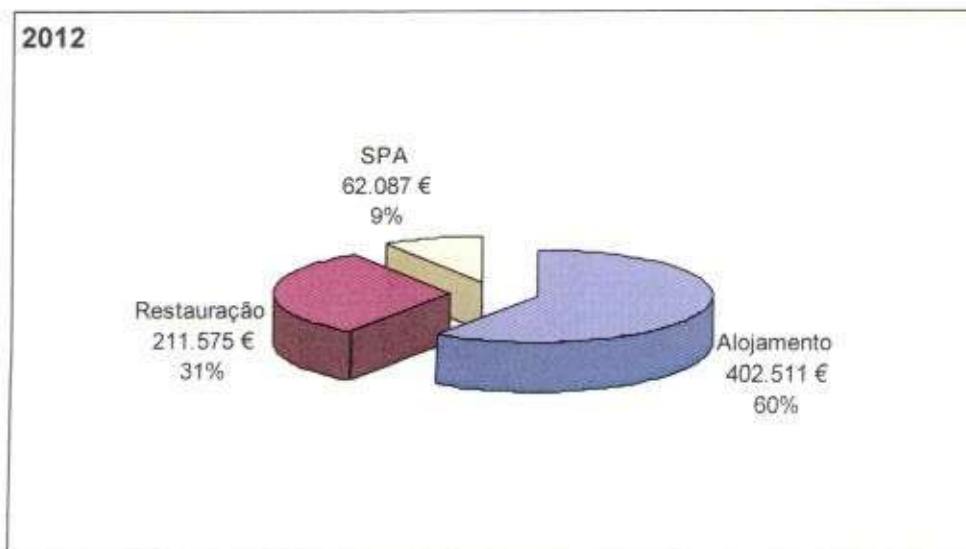
[Handwritten signature]

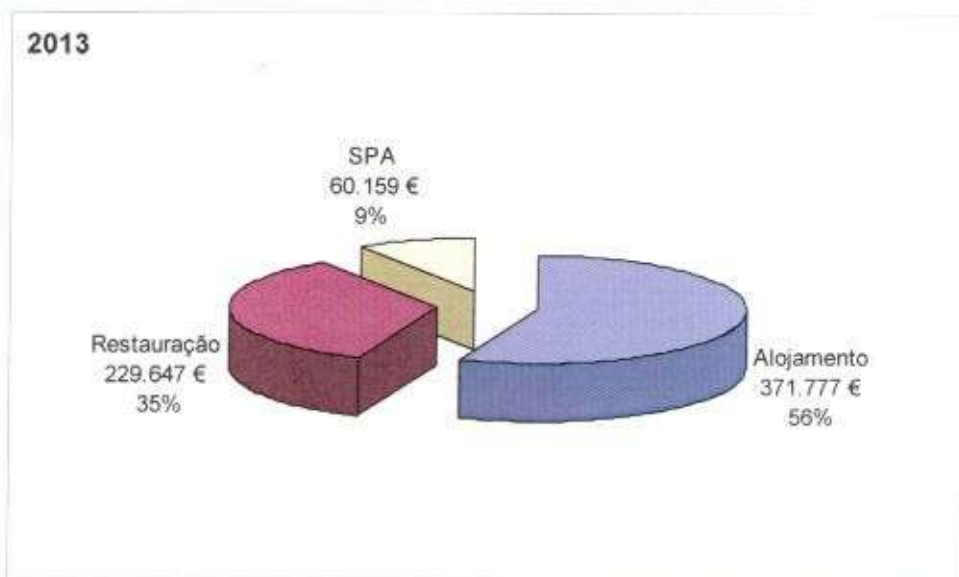
TAXA DE OCUPAÇÃO DO HOTEL

TAXA DE OCUPAÇÃO DO HOTEL



Numa perspectiva de análise da actividade interessa também perceber como está repartida a prestação de serviços nos exercícios de 2012 e 2013.



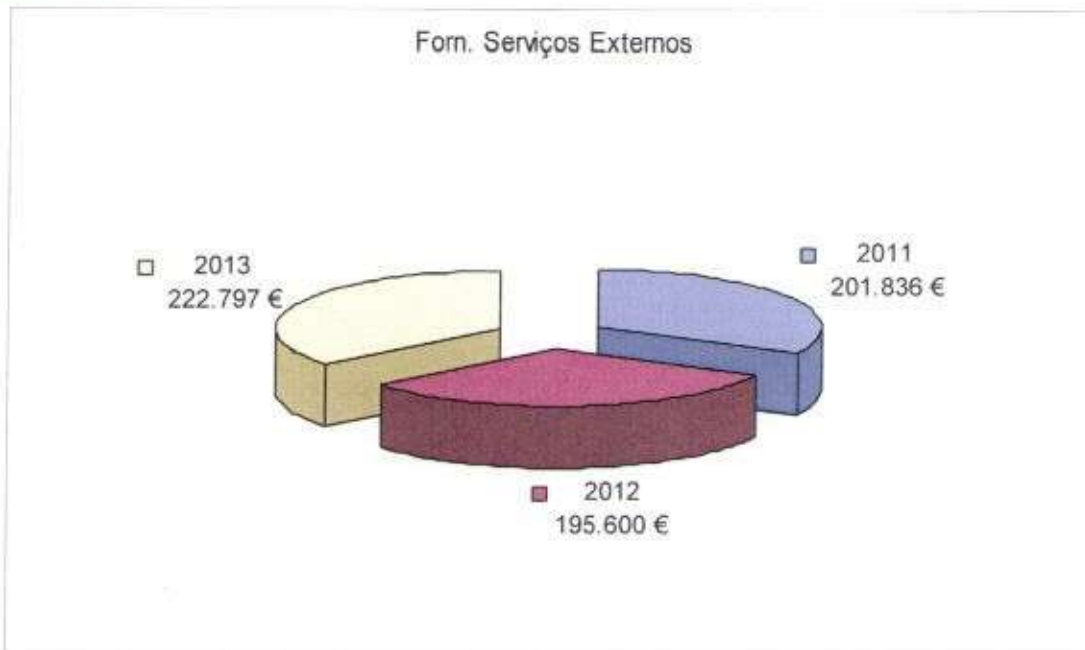


3 - RESULTADOS E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Não obstante a manutenção evidenciada da actividade da empresa, nomeadamente na sua taxa de ocupação, o Resultado Operacional continua negativo, em -310.213,23 Euros.

Na rubrica dos custos com o pessoal teve um aumento de 14,2 %: de 349.517,63 Euros em 2012 para 399.551,07 em 2013. A média de funcionários durante o ano de 2012 foi de 25 e em 2013 é de 26. Tivemos uma funcionária durante todo o ano de baixa por doença e 3 funcionárias com licença de maternidade, uma desde Novembro de 2013 e duas desde Dezembro de 2013. Em Dezembro de 2013 tinha-mos 28 funcionários com contrato (dois deles com contrato tempo incerto) estando só 24 a trabalhar.

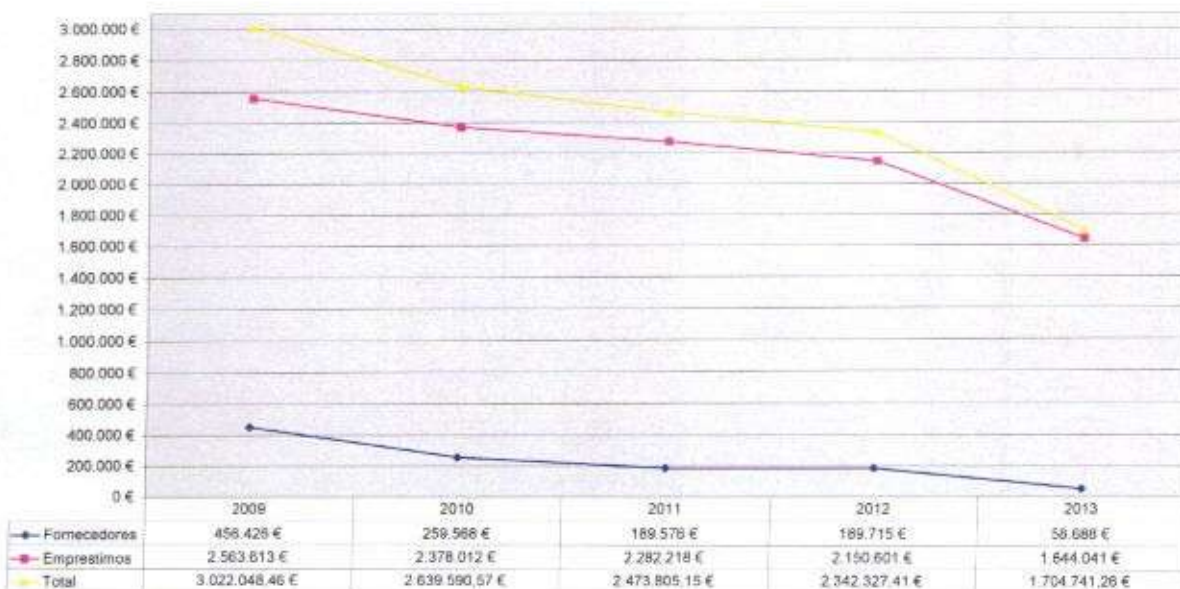
A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve um aumento de 13.9 %, de 195.600 Euros em 2012 para 222.797 Euros em 2013. No quadro podemos verificar a evolução dos fornecimentos e serviços externos desde 2011. Este aumento de fornecimento de serviços externos teve a ser com o consumo de gás e electricidade que aumentaram as tarifas e aumento dos custos de manutenção por desgastes dos equipamentos, alguns dos quais em fim de vida.




Sendo assim, a eficácia da estrutura que suporta a actividade económica, decorrente da política levada a cabo nas diversas áreas de gestão, não permitiu ainda que a empresa se posicionasse num patamar acima do ponto crítico.

No quadro abaixo verificamos a evolução da dívida desde 2009 a 2013.

Evolução dívida a Fornecedores e Empréstimos





4 - INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2013 foi feito um investimento no valor de 17.389,41 € referente à cobertura da passagem do hotel para o Spa.

5 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Não sendo possível, neste momento, prever com segurança quando a retoma se irá verificar e, reflexamente, quando terminará a instabilidade dos mercados, no geral, na verdade, as circunstâncias da presente crise não permitem, realisticamente, traçar para o ano de 2014 uma estratégia de reforço da quota de mercado. No entanto foram definidas medidas para resolução de reclamações e novas parcerias e nova estratégia comercial que nos permita aumentar as receitas com o objectivo de diminuir ou anular os prejuízos.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013

A Administração da sociedade propõe que o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2013, no montante de 375.366,53 Euros, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados -375.366,53 Euros

7 - MENÇÕES

Para observância de várias disposições legais, cumpre ainda informar que:

- . Não existem para com os trabalhadores quaisquer salários ou pagamentos em atraso;
- . A sociedade não detém, nem adquiriu nem alienou durante o exercício, quotas próprias;
- . Não foram celebrados negócios entre a sociedade e os seus gerentes;
- . Não existem filiais ou sucursais da sociedade;
- . A sociedade não tem quaisquer dívidas à Segurança Social ou ao Estado;
- . Não se verificaram factos subsequentes relevantes à data a que se reportam as contas.



Ao concluir reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento aos colaboradores, pelo empenho e sentido profissional, aos clientes e fornecedores, pelas excelentes relações estabelecidas e às instituições de crédito, pela confiança e disponibilidade demonstrada.

Alfândega da Fé, 2 de Abril de 2014

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES

Informação nos termos e para efeitos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais

A - Relação dos accionistas que à data de 31 de Dezembro de 2013 eram titulares de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

Nomes	Número de acções	Percentagem
Município de Alfândega da Fé	163.988	100,00%

Alfândega da Fé, 2 de Abril de 2014

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Acções próprias	13.5	819.940,00	290.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.5	74.428,63	-72.311,13
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	13.5	413.100,41	433.178,90
Outras variações no capital próprio	13.5	143.015,29	189.434,80
Resultado líquido do período		-375.475,70	-281.838,73
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		1.075.008,63	558.463,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	1.978,44	1.978,44
Financiamentos obtidos	13.4	1.644.040,59	2.131.100,69
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		72.900,08	76.443,34
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		1.718.919,11	2.209.522,47
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	58.687,67	166.455,54
Adiantamentos de clientes	13.1	1.842,00	13.127,98
Estado e outros entes públicos	13.2	17.344,63	15.681,93
Accionistas	13.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13.4	0,00	19.500,00
Outras contas a pagar	13.1	32.808,77	71.781,07
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda			
		110.683,07	286.546,52
Total do passivo		1.829.602,18	2.496.068,99
Total do capital próprio e do passivo		2.904.610,81	3.054.532,83

A Administração

Beata Nunes

O Técnico Oficial de Contas

Membro n.º 86298

[Handwritten signature]



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euro

BN
[Handwritten signature]

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.680.980,24	2.824.769,33
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	16.781,55	30.124,89
Activos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas		0,00	0,00
Outros activos financeiros	13	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		2.698.261,79	2.855.394,22
Activo corrente			
Inventários	9	9.852,51	11.547,90
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes	13.1	73.487,32	70.319,97
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.2	38.692,66	30.523,50
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.1	4.218,87	51.548,07
Diferimentos	13.3	839,90	513,80
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	79.257,76	34.685,37
		206.349,02	199.138,61
Total do activo		2.904.610,81	3.054.532,83



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Euro

Rendimentos e Gastos	Notas	PERIODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados		657.749,85	674.265,93
Subsídios à exploração	11	0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Varição dos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-154.282,06	-132.983,29
Fornecimentos e serviços externos	15.1	-222.797,81	-195.600,65
Gastos com o pessoal	14	-399.551,07	-349.517,63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.2	7.947,96	8.437,64
Outros gastos e perdas	15.3	-18.706,20	-12.531,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-129.639,33	-7.929,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15.4	-180.573,90	-198.642,12
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-310.213,23	-206.571,47
Juros e rendimentos similares obtidos	15.5	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.6	-68.805,73	-78.810,52
Resultado antes de impostos		-379.018,96	-285.381,99
Imposto sobre o rendimento do período		3.543,26	3.543,26
Resultado líquido do período		-375.475,70	-281.838,73

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período

A Administração

O Técnico Oficial de Contas
Membro n.º 86298






ALFANEGATUR
 EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANEGA DA FE, EM
 N.º P. C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

Descrição	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período						
Alterações no período																		
Posição no início do período 2013	1	290.000,00																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7, 12										23.621,75							23.621,75
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											-3.543,26							-3.543,26
Ajustamentos por impostos diferidos	12										-281.838,73							-281.838,73
Transferência Resultado Líquido																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11																	
Resultado líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-261.760,24	-20.078,49	-46.419,51	281.838,73	-46.419,51		0,00	0,00
Resultado Integral	3																	
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-261.760,24	-20.078,49	-46.419,51	-93.636,97	-421.895,21		0,00	0,00
Realizações de capital																		
Distribuições																		
Anulação entrada para cobertura de perdas																		
Outras operações																		
Posição no fim do período 2013	5 = 1 + 2 + 3 + 5	529.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.500,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		819.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408.500,00	0,00	0,00	143.015,29	-375.475,70	528.440,00	0,00	0,00

A Administração

 João Alves
 Administrador

O Técnico Oficial de Contas:
 Membro n.º 86298

Euro

DEMONSTRAÇÃO DE Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

	NOTAS	PERÍODO
		2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	Calculo 1	728.602,95
Pagamento a Fornecedores	Calculo 2	550.771,73
Pagamentos ao Pessoal	Calculo 3	377.610,05
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		-199.778,83
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	Calculo 4	-3.543,26
Outros recebimentos / pagamentos	Calculo 5	-83.499,88
		-286.821,97
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	Informação 6	25.679,81
Activos Fixos Intangíveis	Informação 6	0,00
Investimentos Financeiros	Informação 6	0,00
Outros Activos		
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		
Activos Fixos Intangíveis		
Investimentos Financeiros	Informação 7	0,00
Outros Activos		
Subsídios ao Investimento		
Juros e Rendimentos similares	Informação 11	0,00
Dividendos	Informação 11	0,00
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO		-25.679,81
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	Informação 10	66.000,00
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio		529940,00
Cobertura de Prejuízos		402500,00
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Finananciamentos Obtidos	Informação 10	572.560,10
Juros e gastos similares	Informação 10	68.805,73
Dividendos	Informação 9	0,00
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio		
Outras operações de financiamento	Informação 6	0,00
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES FINANCIAMENTO		357.074,17
VARIAÇÃO de CAIXA e EQUIVALENTES		
Efeitos das diferenças de câmbio		44.572,39
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	Balanço N-1	34.685,37
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO		79.257,76

[Handwritten signature]



ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício económico de 2013

1. Identificação da Sociedade

A Empresa **Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.** é uma Empresa Municipal, constituída em 29.10.1991, com sede social no Alto da Serra de Bornes. Alfândega da Fé, Alfândega da Fé, e que tem como actividade principal o Turismo no Espaço Rural.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com os conceitos, princípios e normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro (Código de Contas)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira, quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

Não se verificaram quaisquer derrogações às disposições previstas no SNC, e as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com os do exercício anterior.



3. Principais políticas contabilísticas.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Activos intangíveis

Os activos intangíveis foram mensurados pelo seu custo histórico.

b) Activos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, nos casos aplicáveis, baseou-se no modelo de revalorização.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

c) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável /perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperável ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data do balanço; e
- Reflecte as consequências fiscais decorrentes da forma como o grupo espera, à data do balanço, liquidar a quantia escriturada dos passivos.

d) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

e) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

f) Inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

g) Contas a receber de clientes e outros devedores



As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo modelo do custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber.

h) Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tem uma obrigação presente, resultante de acontecimentos passados, e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos, será necessária para liquidar a obrigação.

i) Rubricas de Capital Próprio:

Capital Realizado: Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para a realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

j) Responsabilidade por benefícios pós-emprego e gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

l) Fornecedores

As contas de fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo

m) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão registados ao custo.

n) Outra contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

o) Vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia do redito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser mensurado com fiabilidade; e

Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

p) Activos e Passivos Contingentes

Um activo contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgadas quando for provável a existência de um influxo financeiro.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou, uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

q) Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

r) Período de Revisão Fiscal

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado na posição dos consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	2013	2012
Caixa	8.089,77	3.892,47
Depósitos à ordem	71.167,99	30.792,90
Outros depósitos bancários	0,00	0,00

5. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da gestão

Rubrica	2013	2012
Total de remunerações	18.595,20	16.919,32
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	0,00	0,00
Total de benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Total de outros benefícios de longo prazo	0,00	0,00
Total de benefícios por cessação de emprego	0,00	0,00
Total de pagamentos com base em acções	0,00	0,00



c) Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Equip. biológicos	Outros activos fixos tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.864.646,04	716.909,02	27.725,48	27.197,51		193.279,95
	Amortização acumulada		1.443.379,72	491.947,46	23.315,52	19.124,51		109.527,44
Período	Aquisições		17.389,41	8.149,70				765,00
	Alienações							
	Activos classificados como detidos p/ venda							
	Amortização do período		121.164,08	34.403,01	958,33	2.781,02		7.924,12
	Perdas por imparidade							
	Revalorizações							
	Outras alterações							
Fim do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.882.035,45	725.058,72	27.725,48	27.197,51		194.044,95
	Amortização acumulada		1.564.543,80	526.350,47	24.273,85	21.905,53		117.451,56

Activos fixos tangíveis revalorizados

Os terrenos e edifícios da Empresa foram revalorizados em 2009, por avaliador independente. As avaliações foram efectuadas numa base do valor de mercado. O excedente de revalorização, líquido dos impostos diferidos aplicáveis, foi creditado em Excedentes de Revalorização no capital próprio.

8. Custos de empréstimos obtidos

Foi adoptada uma política contabilística de não capitalização dos custos dos empréstimos obtidos



6. Activos intangíveis

Divulgações gerais

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização dos activos intangíveis. Não existem activos intangíveis gerados internamente, e não existem activos intangíveis com vida útil indefinida.

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Início do período	Vida útil		6			6
	Taxa de amortização		16,67			16,67
	Método de amortização		Quotas constantes			Quotas constantes
	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			74.311,86
Período	Aquisições					
	Alienações					
	Activos classificados como detidos p/ venda					
	Amortização do período					13.343,34
	Perdas por imparidade					
	Outras alterações					
Fim do período	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			87.655,20

7. Activos fixos tangíveis

Divulgações gerais

a) A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, no caso dos terrenos e edifícios da Empresa, baseou-se no modelo de revalorização.

b) As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.



9. Inventários

Políticas contabilísticas e forma de custeio usada

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação	Valor escriturado
Mercadorias	346,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.505,52
Produtos acabados e intermédios	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Produtos e trabalhos em curso	
Activos biológicos	
Total	9.852,51

Apuramento CMVMC

	2013		2012	
	Mercadorias	Mat. Primas	Mercadorias	Mat. Primas
Existências Iniciais	854,19	10693,71	1982,56	16307,74
Compras	1851,4	167731,34	2891,52	141246,7
Regularização Existências	-335,25	13204,4	-871,88	205,39
Existências Finais	346,99	9505,52	854,19	10693,71
CMVMC	2023,35	182123,93	3148,01	147066,12



10. Provisões

Divulgações por classe de provisão

Classe	Valor escriturado no início do período	Aumentos e reforços	Valores usados	Valores revertidos	Aumento na quantia descontada e efeito de alterações na taxa de desconto	Valor escriturado no fim do período
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso						
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras provisões	1.978,44					1.978,44
Total de provisões	1.978,44					1.978,44

Handwritten signature and initials in blue ink.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

12. Impostos sobre o rendimento

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio:

Passivos por impostos diferidos, relacionados com excedentes de revalorização.

	Saldo inicial	Regularização no período	Saldo final
2742 - Passivos por impostos diferidos	76.443,34	3.543,26	72.900,08

Variações das reservas de reavaliação:

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Reservas de Reavaliação	433.178,90	3.543,26	23.621,75	413.100,41



13. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos financeiros foram mensurados ao custo.

Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros

	Quantia escriturada
Activos financeiros mensurados ao custo	500,00

13.1. Clientes, Fornecedores, Accionistas, Outras contas a receber e a pagar e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Accionistas/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos:						
Clientes	73.487,32		73.487,32	70.319,97		70.319,97
Outras Contas a Receber	4.218,87		4.218,87	51.548,07		51.548,07
Perdas por imparidade			0,00			0,00
Total do Activo	77.706,19	0,00	77.706,19	121.868,04	0,00	121.868,04
Passivos:						
Fornecedores	58.687,67		58.687,67	166.455,54		166.455,54
Outras Contas a Pagar	32.760,47		32.760,47	71.781,07		71.781,07
Total do Passivo	91.448,14	0,00	91.448,14	238.236,61	0,00	238.236,61
Total Líquido	-13.741,95	0,00	-13.741,95	-116.368,57	0,00	-116.368,57



13.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos			0,00			0,00
Activos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento	26.049,80		26.049,80	23.880,64		23.880,64
Retenção de impostos sobre rendimentos			0,00			0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	496,67		496,67	2.686,64		2.686,64
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social			0,00			0,00
Outras tributações			0,00			0,00
Total	26.546,47	0,00	26.546,47	26.567,28	0,00	26.567,28
Passivos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.836,53		2.836,53	1.620,00		1.620,00
Imposto sobre o valor acrescentado			0,00			0,00
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social	8.361,91		8.361,91	10.105,71		10.105,71
Outras tributações						
Total	11.198,44	0,00	11.198,44	11.725,71	0,00	11.725,71

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Activos						
Gastos a reconhecer	13.540,97		13.540,97	28.670,09		28.670,09
Total	13.540,97	0,00	13.540,97	28.670,09	0,00	28.670,09
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



13.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	880.437,42		880.437,42	1.117.497,52	19.500,00	1.136.997,52
Turismo de Portugal	763.603,17		763.603,17	1.013.603,17		1.013.603,17
Participantes de capital			0,00			0,00
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Outros financiadores						
Total	1.644.040,59	0,00	1.644.040,59	2.131.100,69	19.500,00	2.150.600,69

O valor da dívida a instituições de crédito é constituída da seguinte forma:

- Ao Crédito agrícola no montante de € 324.867,48 cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- À Caixa Geral de Depósitos no montante de € 555.569,94 cujo pagamento está garantido com uma carta conforto emitida pelo Município de Alfândega da Fé. A empresa deverá depositar as suas receitas na conta depósito à ordem n.º 0042/006334/330, constituída em nome da Empresa na Agência da Caixa em Alfândega da Fé.
- Empréstimo no Turismo de Portugal no montante de € 763.603,17, cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- Existe uma garantia bancária no valor de € 342.923,55 constituída na C.G.D. a favor do Turismo de Portugal

13.5. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2013	31-12-2012
Capital próprio		
Capital		
Acções (quotas) próprias	819.940,00	290.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	68.428,63	-72.311,13
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização	413.100,41	433.178,90
Outras variações no capital próprio	143.015,29	189.434,80
Total	1.444.484,33	840.302,57

Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era representado por 163.988 acções com o valor nominal de 5,00 euros.

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé detém 100 % do capital subscrito da empresa.



Excedentes de revalorização de activos fixos tagíveis é relativa à reserva de revalorização livre efectuada no exercício de 2009.

Outras variações no capital próprio

Assim, esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2013, um saldo no montante de € 143.015,29 referente a subsídios ao investimento. Subsídios que foram atribuídos:

Em 2004 foi atribuído o subsídio no âmbito do programa de iniciativa comunitária LEADER+ participado à taxa de 40%, sendo o investimento de € 93.655,12 e o montante participado foi de € 37.462,05 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuada durante a vida útil de 40 anos.

Em 2010 foi atribuído o subsídio no âmbito do programa PRODER/Medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego, financiado em 60%, sendo o investimento de € 298.395,60 e o montante financiado de 179.037,36 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuada durante a vida útil de 40 anos. Depois de efectuada uma fiscalização pela IGF-Inspeção Geral de Finanças pelo não cumprimento das regras de contratação pública foi feita uma correção financeira de 25%, face à despesa apresentada, ficando o investimento em € 223.796,70 e o montante financiado em € 132.065,53.

Neste exercício, a imputação do rendimento (conta 7883) relacionado com este subsídio fez o valor de € 4.293,50 e foi lançado na conta 68812 o valor de 4.845,82 referente à correção financeira de 25% que foi efectuada. Diferença desde 2008 a 2012.

14. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos gastos com o pessoal é o indicado no quadro seguinte:

Descrição	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	303.961,00	265.014,14
Benefícios de Reforma		
Plano Executivo		
Plano Geral		
Plano Valorização		
Outros Benefícios Pós-Emprego		
Plano Actos Médicos		
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	69.401,46	59.821,98
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença:	2.392,56	3.519,65
Gastos de Acção Social		
Pagamento com base em Acções		
Reconhecidos em Capital Próprio		
Reconhecidos no Passivo		
Actualização do Passivo no final do ano		
Distribuição de Lucros aos empregados		
Outros Gastos com o Pessoal	23.796,05	21.161,86
	399.551,07	349.517,63



15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nesta rubrica evidenciamos detalhadamente os gastos e rendimentos reconhecidos nos exercícios de 2013 e 2012.

15.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2013	2012
Subcontratos		
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	13.753,99	15.793,89
Publicidade e Propaganda	159,60	625,00
Vigilância e Segurança		
Honorários	9.927,32	1.875,00
Comissões	17.487,92	13.712,06
Conservação e Reparação	22.612,04	11.354,96
Serviços Bancários		
Animação Turística e desporto	2.003,81	37,52
Outros	0,00	0,00
Materiais		
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	1.483,30	2.271,84
Material de Escritório	1.073,03	1.098,67
Jornais e Revistas	0,00	70,75
Outros		
Energia e Fluidos		
Electricidade	61.384,98	57.812,71
Combustíveis	2.539,22	2.926,86
Água	0,00	8.910,00
Gas	65.804,35	60.801,80
Deslocações e Estadas e Transporte	1.044,14	176,13
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres		
Comunicação	6.839,00	6.589,96
Seguros	2.663,26	2.994,85
Contencioso e Notariado	421,50	
Despesas de Representação		
Limpeza, Higiéne e Conforto	12.248,86	9.728,38
Outros Serviços	4.357,04	4.255,39
	225.803,36	201.035,77

15.2. Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2013	2012
Outros rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pag. Obtidos	564,32	496,22
Outros		
Correcções relativas a exercicios anteriores		
Imputação de subsidios para investimento	4.293,50	5.412,48
Outros não especificados	651,33	2.528,94
	5.509,15	8.437,64



15.3. Outros Gastos e Perdas

Descrição	2013	2012
Impostos		
Impostos Indirectos	12.770,54	11.462,34
Taxas	95,76	94,00
Sinistros		
Alienações		
Abates	198,75	
Outros		
Correções exerc. anterior	4.845,82	
Quotizações	396,00	396,00
Ofertas	104,06	43,98
Outras não especificados	295,27	629,03
	18.706,20	12.625,35

15.4. Gastos e Reversões de Depreciações e de Amortizações

Descrição	2013	2012
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	121.164,08	121.164,08
Equipamento básico	34.344,09	42.223,87
Equipamento de transporte	958,33	2.003,08
Equipamento Administrativo	2.781,02	2.839,70
Outros imobilizações	7.922,17	17.068,05
Activos Intangíveis		
Despesas de instalação	13.343,34	13.343,34
	180.513,03	198.642,12

15.5. Juros e Rendimentos similares obtidos

Descrição	2013	2012
Juros Obtidos		
Outros rendimentos Similares	0,00	0,00
	0,00	0,00

15.6. Juros e Gastos similares suportados

Descrição	2013	2012
Juros Suportados		
Juros de financiamento obtidos	56.818,88	63.028,10
Juros de mora	1.775,51	4.222,85
Outros Juros	8,60	46,05
Outros Gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financiamentos obtidos	4.978,58	4.850,93
Outros	234,76	6.662,59
	63.816,33	78.810,52



16. ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2013 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

Alfândega da Fé, 2 de Abril de 2014

ALFÂNDEGATUR

Emp. de Desenvolvimento
A Administração Alfândega da Fé, E.M.
A Administração,

O Técnico Oficial de Contas

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Cátia Alexandra Bebiano Monteiro, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Alfândegatur – Sociedade de Desenvolvimento Turístico, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de € 2.904.611 e um total de capital próprio de € 1.075.009, incluindo um resultado líquido negativo de € - 375.476, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Existem clientes com saldos devedores que ascendem a 42.966,69 €, com uma mora prolongada, cuja cobrança se mostra ser muito difícil. Para o efeito está reconhecida uma provisão, que deveria ser reconhecida como perda por imparidade, no valor de 1.978,44 € o que evidencia uma sobrevalorização do ativo, e por consequência do capital próprio e do resultado do período em 40.988,25 €.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do desacordo descrito no parágrafo n.º 7, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Alfândegatur- Sociedade de Desenvolvimento Turístico, E.M.** em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

Sem modificarmos a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

10. A Câmara Municipal tem ainda em dívida à sociedade Alfandegatur **143.425,29 €** referente à parte não coberta de prejuízos e dos encargos financeiros. O efeito de tal situação tem-se traduzido em atrasos no cumprimento das obrigações da sociedade para com os seus credores de exploração.
11. Do apuramento do resultado do período de 2013 resulta uma obrigação de cobertura do resultado antes de impostos que ascende a 379.018,96 €, a qual deverá ser feita até ao final do corrente ano de 2014.
12. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31/08, a sociedade não cumpre com os requisitos para não ser abrangida pela obrigação de proceder à sua dissolução (art.º 62.º desse diploma). Todavia, em reunião de Câmara de 11 de Fevereiro de 2013, foi deliberado alienar o capital da Alfandegatur, suportado no previsto no n.º 1 do art.º 63.º do mesmo diploma. Tal deliberação viria a ser ratificada em sessão da Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro de 2013. Ocorre que até esta data tal alienação ainda não foi concretizada.
13. Sem prejuízo do descrito no ponto anterior, nos termos dos artigos 70.º e 19.º da Lei 50/2012, os Estatutos da empresa deveriam ser alterados (adaptados) com o aí previsto, de acordo com a deliberação já tomada mas, a esta data, não registada.

Bragança, 05 de Maio de 2014



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima

ALFANDEGATUR – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.
Relatório e Parecer do Fiscal Único
EXERCÍCIO DE 2013

Ex.^{mos} Senhores Accionistas

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Alfandegatur – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.** relativamente ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e treze.
2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Da apreciação que fazemos à evolução dos negócios da sociedade, tal como explicitámos na Certificação Legal das Contas, salientamos o facto de a lei de enquadramento das empresas municipais (Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto) impor, no seu art.º 40.º a cobertura do resultado antes de impostos (prejuízos) de modo a garantir o equilíbrio financeiro da sociedade.
4. A mesma Lei estabelece, ainda, as condições que impõem a dissolução das empresas municipais, de acordo com o prescrito no art.º 62.º desse diploma. De acordo com a nossa análise a sociedade Alfandegatur não reúne requisitos para poder manter-se, pelo que “strito sensu” deverá ser dissolvida nos termos legalmente previstos. Todavia, em reunião de Câmara de 11 de Fevereiro de 2013 foi deliberado alienar o capital da Alfandegatur, suportado no previsto no n.º 1 do art.º 63.º do mesmo diploma. Tal deliberação viria a ser ratificada em sessão da Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro de 2013. Ocorre que até esta data tal alienação ainda não foi concretizada.
5. Todavia, no caso de ser encontrada uma solução legal que permita a sua continuidade deverão os Estatutos da sociedade ser adaptados de acordo com o disposto no art.º 70.º da Lei n.º 50/2012, nas condições e termos definidos no art.º 19.º do mesmo diploma e de acordo com a deliberação já tomada, mas, a esta data, não registada.

6. Como consequência do trabalho de revisão efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório Anual de Acompanhamento, Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e ao acionista, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.
7. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, a Demonstração de Resultados, os restantes elementos das demonstrações financeiras e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos e os principais constrangimentos e bloqueios;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.
8. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
 - a) Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, da Demonstração dos Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de 2013 apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
 - c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 05 de Maio de 2014

O FISCAL ÚNICO



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima, L.da

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex^{mos}. Accionistas

Ex^{mo}. Conselho de Administração da

Alfândegatur, Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.

Ex^{mos}. Senhores:

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais, na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e, também, da alínea a) do n.º 1 do art.º 52º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, conjugado com o aditamento introduzido pelo Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 05 Maio de 2014, cujo conteúdo se dá aqui integralmente reproduzido.

Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão da empresa, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro e simultaneamente técnico oficial de contas e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, tendo neste particular sido feitos testes à valorização dos inventários, designadamente para efeitos de apuramento do custo das existências vendidas e matérias consumidas e, conseqüentemente, do inventário final. Verificámos ainda a adequabilidade da sua divulgação no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de compras, recepção, contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
- 2.1- Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela empresa;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogado, seguradora) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
- 2.3- Testámos as operações de inventariação aos inventários, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação;
- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do activo fixo tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;

- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- 2.8- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- 2.9- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;

Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na percepção ao risco de controlo definido como médio e que tendo em atenção os valores descritos no quadro abaixo, retirados das demonstrações financeiras de 2012, que ajustámos em € 19.014.

Dados 2012	Valor €	%	Maior Risco	%	Menor Risco
Balço					
Activo Líquido	2 904 610,81 €	1,00%	29 046,11 €	2,00%	58 092,22 €
Capital Próprio	1 075 008,63 €	2,00%	21 500,17 €	5,00%	53 750,43 €
Total			50 546,28 €		111 842,65 €
Média			25 273,14 €		55 921,32 €
Resultados					
Volume de negócios	657 749,85 €	2,00%	13 155,00 €	5,00%	32 887,49 €
Result. antes imposto	-375 475,70 €	5,00%	-18 773,79 €	10,00%	-37 547,57 €
Total			-5 618,79 €		-4 660,08 €
Média			-2 809,39 €		-2 330,04 €
Materialidade Média			11 231,87 €		26 795,64 €
Materialidade Global				19 013,76 €	
Materialidade Execução				13 309,63 €	

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas datada de 05 de Maio de 2014, entendemos dever relatar o seguinte:

1. Meios Financeiros Líquidos

11 - Caixa

Em relação à conta caixa efetuámos a sua validação através de procedimentos analíticos, o que nos permitiu formar opinião sobre o saldo de € 8.089,77 evidenciado na conta "Caixa Grande". parte do valor do "caixa" é referente ao recebimento de faturas emitidas no final de Dezembro, cujo depósito só foi efetuado em Janeiro de 2014.

12 – Depósitos à ordem

O saldo global desta rubrica ascende, em 31 de Dezembro, a € 71.167,99

Procedemos à circularização de saldos das Instituições Bancárias “Caixa Geral de Depósitos”, “Crédito Agrícola” e “BES”, das quais obtivemos a respetiva resposta. Não obstante, efetuámos os testes de verificação substantiva e de conformidade das reconciliações bancárias preparadas pela empresa, o que nos permitiu concluir que as três contas bancárias (C.G.D, Crédito Agrícola e B.E.S.) estão adequadamente conciliadas.

Quadro – Síntese dos depósitos à ordem

Conta	Nome	Saldo Circ.	Ext Bancario	Diferença	C.	Situação
1202	Caixa Geral de Depósitos	13 836,99 €	13 836,99 €	0,00 €	1	CONFERE
1203	Crédito Agrícola	56 775,07 €	53 015,10 €	3 759,97 €	2	CONCILIADO
1204	BES	555,93 €	555,93 €	0,00 €	1	CONFERE

Chamamos a atenção para o facto da conta 1203 – Crédito Agrícola apresentar 2 (dois) itens pendentes de reconciliação do exercício de 2012, nomeadamente, créditos no banco ainda não registados na contabilidade no valor de € 245,00.

2. Contas a Receber e a Pagar**21 - Clientes**

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de clientes seleccionámos 10 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da Empresa e foi pedido a cada um desses clientes que nos respondesse a confirmar o saldo e os movimentos registados na correspondente conta corrente, ou não, e que nos enviasse eventuais comentários ou qualquer desacordo em relação a esses valores.

Desses 10 clientes, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, só obtivemos 4 respostas. Dessas 10 entidades apurámos a conferência de 3, verificámos a conciliação de 1 e não obtivemos resposta de 6.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
217115	FZV - Funzone Villages SA	26 218,23 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
217117	Gift Voucher	6 331,89 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
217118	HorizontesClasse, Lda	1 449,09 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
217121	Ladário Soc. Const. Lda	2 894,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
21111005	Liga Amigos do centro Saude Alf da Fé	9 067,50 €	9 067,50 €	0,00 €	1	CONFERE
21111102	Município Alfandega da Fé	6 054,54 €	816,00 €	5 238,54 €	2	CONCILIADO
211111304	Odisseias	1 425,00 €	1 425,00 €	0,00 €	1	CONFERE
217132	Rural Viagens	1 080,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
211111900	Viagens Abreu SA	1 157,94 €	1 157,94 €	0,00 €	1	CONFERE
211110025	Ace European Group Limited	3 070,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De acordo com o mapa de antiguidade de saldos de clientes apurámos, seguindo o critério fiscal, o valor global de € 42.966,69 de perdas por imparidade que deveriam ter sido reconhecidas. Todavia, a empresa ainda não reconheceu qualquer perda por imparidade, apenas tem reconhecido clientes de cobrança duvidosa no valor global de € 45.067,07 (conta 21.7).

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 8 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 8 (oito) entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 5 o que, utilizando procedimentos analíticos e procedimentos alternativos de auditoria nos permitiu formar opinião sobre o saldo global da conta de fornecedores. Dessas 8 entidades apurámos a conferência de 3, verificámos a conciliação de 2 e não obtivemos resposta de 3.

Quadro das entidades que responderam

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221110407	EDEAF	2 263,87 €	2 263,87 €	0,00 €	1	CONFERE
221110409	E.D.P. Comercial	7 867,85 €	7 867,85 €	0,00 €	1	CONFERE
221110601	Gelcurto, Lda	16 583,49 €	16 999,54 €	-416,05 €	2	CONCILIADO
221110904	Johnson Controls	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221111003	Lousani-Cosmetica	990,83 €	990,83 €	0,00 €	1	CONFERE
221111100	Maria da Conceição Reis Velho	6 183,43 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221111404	Petrogal	4 545,71 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110503	Fernando Joaquim Vilares	1 840,59 €	726,09 €	1 114,50 €	2	CONCILIADO

Em relação aos fornecedores, verificámos que existem saldos que se mantêm inalterados há mais de um ano que perfazem o valor global de € 3.234,39, como evidencia o quadro seguinte:

Conta	Designação	Saldo	O.B.S.
221110006	António Albino Choupina Pires	39,27	2010
221110012	Alfadoce	589,00	2011
221110401	E.D.P.	6,88	2012
221110708	Hugo filipe Brandão Lopes Piroti	90,00	2012
221110804	Idenya, Lda - Micael	848,70	2012
221111205	Newhotel Portugal SA (norte)	580,58	2011
221111600	Ruardouro, Lda	709,96	2008
221111905	Vilares & Vieira, Lda	300,00	2012
221120002	Turisnorte	70,00	2008
Total		3 234,39 €	

Verificamos, ainda, que existem fornecedores com saldo devedor no valor global de € 1.458,15 (Animação Fim Ano; Climasol e Turismo de Portugal).

24 – Estado e Outros Entes Públicos

Em relação às rubricas da conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, procedemos à verificação do valor registado na contabilidade com o valor das guias que serviram de pagamento dos diferentes tributos e, também, dos documentos de processamento que originaram as diferentes liquidações e retenções de impostos.

Da análise efetuada verificámos que a conta da Segurança Social apresenta uma divergência entre o valor processado e o valor pago/declarado no montante de € 20,71.

Relativamente à conta 243 - Imposto sobre o valor acrescentado, verificámos que a Declaração Periódica de Dezembro apresenta imposto a pagar no valor de € 3.122,44, enquanto o balancete evidencia um saldo devedor no valor de € 6.496,67. Do que nos foi possível apurar verificámos ter sido registado na rubrica “24341 – Regularizações a favor da empresa” o montante de € 12.642,86 resultante da regularização das faturas emitidas pela Alfândegatur ao Município de Alfândega da Fé, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, no âmbito do contrato programa que, na sequência do trabalho da Deloitte & Associados, SROC SA, afirma tratar-se de um subsídio à exploração e, por consequência, não sujeito a IVA. **No nosso entender o contrato envolve, também, uma contraprestação de serviços pela Alfandegatur ao Município e, nessa conformidade, as operações subjacentes são sujeitas a IVA.**

25 – Financiamentos Obtidos

De 2012 para 2013, a empresa diminuiu o nível de endividamento em € 506.560,10.

Relativamente aos financiamentos obtidos, procedemos à circularização de saldos das instituições de crédito com as quais a empresa tem financiamentos em curso (Crédito Agrícola, CGD e Turismo de Portugal). Das entidades circularizadas apenas não obtivemos resposta do Turismo de Portugal.

Da análise efectuada à conta de “financiamentos obtidos” verificámos que todas as linhas de crédito conferem com a resposta/extrato da Instituição Bancária.

Quadro – síntese dos capitais em dívida

Conta	Descrição	Saldo Circ.	Resposta/ Ext. Banco	Diferença	C	Situação
251113	CREDITO AGRICOLA	0,00	0,00	0,00	1	CONFERE
251121	CGD	555 569,94	555 569,94	0,00	1	CONFERE
2511221	EMP 47040	68 530,88	68 530,88	0,00	1	CONFERE
2511222	EMP 12105	121 535,19	121 535,19	0,00	1	CONFERE
2511223	EMP 82125	134 801,41	134 801,41	0,00	1	CONFERE
25821	TURISMO DE PORTUGAL	763 603,17	763 602,35	0,82	2	CONCILIADO

Relativamente ao financiamento do Fundo de Turismo, verificámos que foi paga, em Março, a prestação vencida em 31 de Agosto de 2012, no valor de € 114.422,52, sendo € 100.000,00 de capital, € 11.149,64 de juros normais e € 3.272,88 de juros moratórios. A esta data não existe qualquer atraso no pagamento de prestações ao I.T.P.

26 – Acionistas

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo nulo.

Durante o exercício, esta rubrica registou as transferências efetuadas pelo acionista “Município de Alfândega da Fé” no âmbito da cobertura de prejuízos de exercícios anteriores e de aumento de capital, o qual não se encontrava registado em 31.12.2013 e será registado em 2014.

27 – Outras Contas a Receber e a Pagar

27.1 - Fornecedores de Investimento / Outros Devedores e Credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores de investimento/outros devedores e credores seleccionámos 2 entidades com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada uma dessas entidades que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 3 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, apenas, respondeu 1 o que, utilizando procedimentos alternativos de auditoria, nos permitiu formar opinião sobre o saldo global da conta fornecedores de investimento/outros devedores e credores. Dessas 3 entidades conciliámos 1 e não obtivemos resposta de 2.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2788213	Groupon	1 265,04 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2788216	Macaixe, Lda	3 999,56 €	0,00 €	3 999,56 €	2	CONCILIADO
271111115	Informarca	-608,40 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

Existem saldos relevantes nesta rubrica que se mantêm inalterados há mais de um ano, cujo valor perfaz € 482,63, como se pode verificar através do quadro abaixo:

Conta	Designação	Saldo	O.B.S.
271111105	Choupina & Pires	-15,90 €	2004
271111115	Informarca	-608,40 €	Abertura
278812	Primasumos	141,67 €	2012
2788202	Primasumos	4,57 €	2012
Total		-482,63 €	

272 - Devedores e Credores por Acréscimos

Esta rubrica inclui os juros a liquidar dos financiamentos obtidos, as remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos, nomeadamente, comissões ao *e-Booking*, energia, manutenção de elevadores e o serviço do Técnico Oficial de Contas.

274 – Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos, no valor de € 72.900,08, correspondem à aplicação da taxa de IRC ao valor da reserva de revalorização de activos fixos tangíveis que foi efetuada em 2009 no montante de € 580.487,50, o que gerou uma revalorização líquida de € 493.414,35.

28 - Diferimentos

Esta rubrica apresenta, à data de 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 839,90 referente a seguros e uma factura de assistência e manutenção da entidade Informarca.

29 - Provisões

Esta rubrica inclui um saldo no valor de € 1.978,44 referente a provisões para cobrança duvidosa de clientes, registado incorretamente, pois dada a sua natureza é uma perda por imparidade (conta 21.9).

3 - Inventários

Embora não tivéssemos assistido às contagens físicas do inventário, os valores correspondem ao stock médio da actividade, tanto mais que a empresa tem implementado o sistema de inventário permanente.

Designação	31/12/2012	31/12/2013	Desvio €	Desvio %
3 - Inventários e Activos Biol.	11 547,90	9 852,51	-1 695,39	-15%
32 - Mercadorias	854,19	346,99	-507,20	-59%
33 - Matérias-Primas, Subsidiárias e de Com.	10 693,71	9 505,52	-1 188,19	-11%

4 - Investimentos

Em relação aos ativos fixos tangíveis verificámos a totalidade das aquisições através do documento de suporte e não detetámos quaisquer erros ou omissões.

A empresa apresentou a seguinte evolução nas rubricas de Investimentos:

Quadro dos Ativos Fixos Tangíveis

Nº	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão 31/12/2012	Movimentos		Saldo Razão 31/12/2013
			Aumentos	Abates	
ACTIVO FIXO TANGÍVEL					
431	Terrenos e Recursos Naturais	79 443,34 €			79 443,34 €
432	Edifícios e O.Construções	3 864 646,04 €	17 389,41 €		3 882 035,45 €
433	Equipamento Básico	719 771,66 €	5 287,06 €		725 058,72 €
434	Equipamento de Transporte	27 725,48 €			27 725,48 €
435	Equipamentos Administrativos	27 197,51 €			27 197,51 €
437	Outros Activos Tangíveis	193 279,95 €	765,00 €		194 044,95 €
		4 912 063,98 €	23 441,47 €	0,00 €	4 935 505,45 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
4381	Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €			0,00 €
4382	Edifícios e O.Construções	1 443 379,72 €	121 164,08 €		1 564 543,80 €
4383	Equipamento Básico	491 947,46 €	34 403,01 €		526 350,47 €
4384	Equipamento de Transporte	23 315,52 €	958,33 €		24 273,85 €
4385	Equipamentos Administrativos	19 124,51 €	2 781,02 €		21 905,53 €
4387	Outros Activos Tangíveis	109 527,44 €	7 924,12 €		117 451,56 €
		2 087 294,65 €	167 230,56 €	0,00 €	2 254 525,21 €
		2 824 769,33 €			2 680 980,24 €

Quadro dos Ativos Intangíveis

N.º	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão 31/12/2012	Movimentos		Saldo Razão 31/12/2013
			Aumentos	Diminuições	
ACTIVOS INTANGÍVEIS					
441	Goodwill	0,00 €			0,00 €
442	Projectos de desenvolvimento	1 246,99 €			1 246,99 €
443	Programas de computador	0,00 €			0,00 €
444	Propriedade Industrial	0,00 €			0,00 €
445	Outros activos intangíveis	104 436,75 €			104 436,75 €
		105 683,74 €	0,00 €	0,00 €	105 683,74 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
4482	Projectos de desenvolvimento	1 246,99 €			1 246,99 €
4483	Programas de computador	0,00 €			0,00 €
4484	Propriedade Industrial	0,00 €			0,00 €
4486	Outros activos intangíveis	74 311,86 €	13 343,34 €		87 655,20 €
		75 558,85 €	13 343,34 €	0,00 €	88 902,19 €
		30 124,89 €			16 781,55 €

Da análise efetuada ao mapa de depreciações e amortizações face aos valores constantes no balancete, detetámos algumas divergências nas depreciações acumuladas, como evidencia o quadro abaixo:

Conta	Descrição	Contabilidade	Mapas	Diferença
4381	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
4382	Edifícios e O.Construções	1 564 543,80	1 557 679,65	-6 864,15
4383	Equipamento Básico	526 350,47	533 563,94	7 213,47
4384	Equipamento de Transporte	24 273,85	23 972,00	-301,85
4385	Equipamentos Administrativos	21 905,53	22 207,32	301,79
4386	Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00
4387	Outros Activos Tangíveis	117 451,56	115 479,42	-1 972,14
	Total	2 254 525,21	2 252 902,33	-1 622,88

5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados

No quadro abaixo é possível verificar a variação da rubrica 5 – capital, reservas e resultados transitados:

Designação	31/12/2012	31/12/2013	Desvio €	Desvio %
5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados	840 302,57	1 450 484,33	610 181,76	73%
51 - Capital	290 000,00	819 940,00	529 940,00	183%
56 - Resultados Transitados	-72 311,13	74 428,63	146 739,76	-203%
58 Exced. Reval. Activ. Fix. Tang. E Int.	433 178,90	413 100,41	-20 078,49	-5%
59 - Outras Variações no Capital Próprio	189 434,80	143 015,29	-46 419,51	-25%

A rubrica de capital registou um aumento de € 529.940,00 a título de aumento de capital efetuado pelo acionista “Câmara Municipal de Alfândega da Fé”. Todavia, a certidão permanente ainda evidencia um capital social de € 290.000,00, pelo facto do registo na Conservatória ainda não ter sido efetuado.

A rubrica de “resultados transitados” registou a afetação do resultado líquido negativo do exercício de 2012 (€ 281.838,78), a regularização de excedentes de revalorização (€ 23.621,75) e dos correspondentes passivos por impostos diferidos (€ 3.543,26) e a cobertura de prejuízos no valor de € 402.500,00 por parte do acionista “Câmara Municipal de Alfândega da Fé”.

Relativamente aos “excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis”, esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 413.100,41 relativo ao excedente de revalorização reconhecido no exercício de 2009, no valor de € 493.414,37, o qual teve por base os coeficientes de desvalorização da moeda publicados em portaria no ano de 2009. Tratou-se de uma revalorização que teve como objectivo a manutenção do capital monetário.

A rubrica de “outras variações no capital próprio” atinge o montante de € 143.015,29 referente a subsídios ao investimento, nomeadamente, Projeto DESTAQUE - Varandas Vilarça e Projecto SPA de relaxamento ao ar livre.

6 - Evolução de Gastos e Rendimentos

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos gastos e rendimentos no período de 2012/2013:

Rendimentos e Gastos	PERÍODOS		Desvio €	Desvio %
	2013	2012		
Vendas e serviços prestados	657 749,85	674 265,93	-16 516,08	-2,45%
Subsídios à exploração	2 120,40		2 120,40	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
Variação dos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-154 282,06	-132 983,29	-21 298,77	16,02%
Fornecimentos e serviços externos	-222 797,81	-195 600,65	-27 197,16	13,90%
Gastos com o pessoal	-399 551,07	-349 517,63	-50 033,44	14,31%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	5 827,56	8 437,64	-2 610,08	-30,93%
Outros gastos e perdas	-18 706,20	-12 531,35	-6 174,85	49,28%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-129 639,33	-7 929,35	-121 709,98	1534,93%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-180 573,90	-198 642,12	18 068,22	-9,10%
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-310 213,23	-206 571,47	-103 641,76	50,17%
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-68 805,73	-78 810,52	10 004,79	-12,69%
Resultado antes de impostos	-379 018,96	-285 381,99	-93 636,97	32,81%
Imposto sobre o rendimento do período	3 543,26	3 543,26	0,00	100,00%
Resultado líquido do período	-375 475,70	-281 838,73	-93 636,97	33,22%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2012 verificámos que a empresa registou um agravamento de € 121.709,98 no total do resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos;
- No que se refere ao resultado operacional, verifica-se que a empresa apresenta um resultado operacional negativo superior ao de 2012 em € 93.636,97;
- Do mesmo modo, verificou-se um agravamento do resultado líquido do período, face ao exercício anterior, em € 93.636,97, o que equivale a um acréscimo de prejuízo de 33,22%;
- Relativamente aos rendimentos, foi na rubrica de “prestação de serviços” que se observou a maior variação, com uma diminuição de 2,45%, ou seja, € 16.516,08;
- Relativamente aos gastos, foi nas rubricas de “fornecimentos e serviços externos” e “gastos com o pessoal” que registaram as maiores variações, com aumentos de € 27.197,16 (13,90%) e € 50.033,44 (14,31%), respetivamente.

7. Cobertura de Prejuízos

Verificámos que o Município de Alfândega da Fé ainda não procedeu à totalidade da cobertura dos prejuízos do exercício de 2012 no valor de € 143.495,29.

8. Outras observações

- Em face do resultado antes de impostos, que ascende a € 379.018,96, o acionista Município de Alfândega da Fé deve, nos termos do n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto promover a cobertura desse valor;
- Nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, deve proceder à adaptação dos Estatutos da sociedade Alfandegatur, E.M. em observância ao prescrito nos artigos 70.º e 19.º desse diploma, de acordo com a deliberação já tomada.
- De acordo com a informação do jurista não existem ações pendentes nas quais a sociedade sejam ré ou demandada sobre qualquer outra forma; e

- O processo de alienação da participação que o Município de Alfândega da Fé tem no capital social da Alfandegatur não teve até ao momento o desenvolvimento esperado. Nessa conformidade chamamos a atenção para o facto de, nos termos da Lei n.º 50/2012, e não obstante o n.º 1 do art.º 63.º contemplar a opção da alienação, deverá o mesmo ser conjugado com o preceituado no art.º 62.º e, nesse contexto, atuar da forma que se mostre mais diligente e mais eficaz para o Município.

Conclusões

11. No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade "Alfandegatur – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.", tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 05 de Maio de 2014



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047
Em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima